

O ESTADO E AS REFORMAS PÓS DÉCADA DE 90: MOVIMENTOS SOCIAIS, TERCEIRO SETOR E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

FRANCIELI ARAÚJOⁱ E RENATA PERES BARBOSAⁱⁱ

Resumo: O presente texto tem como objetivo discutir em que medida as reformas sociais, políticas e econômicas, desencadeadas pós-década de 90 no Brasil, impulsionaram o surgimento de projetos no âmbito da educação não-formal. Com o enxugamento das funções do Estado, há o desvio para o terceiro setor, com ênfase nas ONGs, que não realizam uma análise da raiz dos problemas sociais. Dentro desta lógica, se desperta o princípio do esfecelamento dos movimentos sociais combativos e novos grupos sociais entram em cena, representados pelo terceiro setor, no qual suas ações são de caráter assistencialista. À luz deste contexto, se insere a educação não-formal, que visa atender as necessidades não garantidas pelo Estado.

Palavras-chave: Interesse Terceiro Setor. Educação Não-Formal. Neoliberalismo.

Abstract: The aim of this text is discuss to what extent the reforms socio-political-economic, provoked post-decade of 90's in Brazil, impelled the emergence of projects under the non-formal education. With the reductions of state functions, there is a diversion to the third sector, with emphasis on the ONGs, which do not conduct an analysis of the source of social problems. In this logic, the principle of destroying of the combative social movements is awaked and new social groups come into play, represented by the third sector, in which the actions are of assistant character. With this context, inserts the non-formal education, which aims to attend the needs not guaranteed by the state.

Key words: Third Sector. Non-Formal. Education. Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo verificar em que medida as reformas sociais, políticas e econômicas, desencadeadas pós-década de 90, no Brasil, impulsionaram a modalidade de educação não-formal. Para sua realização, nos apropriamos das considerações de Marx (1982) que afirma categoricamente que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (p.14), ou seja, as condições materiais determinam as idéias formuladas em cada tempo histórico.

Verifica-se que,

[...] os processos de reprodução social, nesse momento de aguda crise do processo civilizatório da modernidade, parecem impor uma ilusão de que a totalidade social apresenta-se como uma segunda natureza, desvinculada das esferas que a sustentam: a economia e a natureza em si (SILVA JR., 2002, p.37).

Consideramos ser essencial realizar a análise da base econômica da vida social, dada a sua importância para a determinação, em última instância, das demais esferas da vida social. Em razão disso, iniciaremos nossa discussão analisando as transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas no Brasil, tentando relacionar de que forma determinaram os rumos da educação.

Com o intuito de cumprir nosso objetivo, nossa discussão aborda, inicialmente, as principais características do novo modelo de acumulação no âmbito econômico, advindas do processo de reestruturação produtiva, juntamente com a

globalização e o projeto político neoliberal, que desencadearam o novo papel do Estado (classista e burguês). Intentamos ainda, elucidar o movimento de transferência das responsabilidades do Estado (público) para a sociedade civil (privado), com o primeiro invocando a segunda a remediar as questões sociais, através de parcerias, com destaque para a educação, nessa nova proposta de reorganização da ação estatal.

Num segundo momento, pretendemos discorrer sobre o enfraquecimento dos movimentos populares de resistência política - uma vez que o conflito é substituído pela parceria com a máquina governamental - confirmando assim, mais um reflexo do projeto político neoliberal. Sob este prisma, novos grupos sociais entram em cena, representados pelo terceiro setor, no qual suas ações são de caráter assistencialista e desenvolvimentista, não se tratando mais de ações reivindicativas como a dos movimentos sociais combativos. Neste cenário do terceiro setor, fruto das novas delimitações das funções do Estado, na esfera social, a educação aparece como serviço não exclusivo do mesmo. À luz deste contexto, encerramos nossas discussões, tratando da inserção da modalidade de educação não-formal, que se desenvolve mediante a essa realidade, visando atender as necessidades não garantidas pelo Estado.

AS NOVAS POLÍTICAS DO ESTADO E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Para a abordagem da questão aqui proposta, iremos, inicialmente, de forma breve, expor o modelo anterior, representado pelo

fordismo, no qual o “Estado, torna-se o agente central no mercado consumidor, reproduzindo [...] as condições de reprodução do próprio capitalismo” (SILVA JR., 2002, p. 25). Para tanto, observa-se ser “um modelo estruturado em uma base produtiva com tecnologia rígida, produtos homogêneos e produção em larga escala [...] consumo em massa” (ibid, p. 24). Dessa forma, esse modelo de produção é caracterizado pela produção em massa, em que o trabalhador não tinha percepção do todo, fragmentado e controlado, que mantinha sua mente ocupada em apenas uma direção do trabalho, apenas uma parte do todo, sem entender o seu contexto, realizando tarefas simples e repetitivas, agindo mecanicamente.

Essa forma de organização “entra em declínio na década de 70” (SILVA JR., 2002, p. 30), havendo assim a necessidade de se produzir um novo cenário para que se desenvolvesse o capitalismo. Exige-se uma reorganização da sociedade, uma nova ordem produtiva. Hayek, teórico da “extended order”, formulou suas idéias no final da Segunda Guerra Mundial, que é retomada nesse momento com Friedman. Seus representantes justificam que a necessidade da implantação dessa teoria, foi dada pelo próprio mercado. Isto é, tem o mercado com princípio fundador, unificador e auto-regulador da sociedade, ou seja, “exclui a regulação do mercado pelo Estado, já que entende que aquele tende a se equilibrar e se auto-regular em razão da lei natural da oferta e da procura” (LIBÂNEO, 2003, p.75).

O projeto político neoliberal é mais uma expressão das estratégias realizadas pela ordem capitalista para a superação de sua crise e de constituição de uma nova ordem econômica mundial, que se apóia no processo da globalização das economias, expresso pelo avanço tecnológico e científico. Interessa um mundo sem fronteiras com uma integração econômica:

A atual forma de internacionalização do capital, comumente designada globalização, reside no fato de se constituir um processo de integração econômica mundial que já não integra nações ou economias nacionais, mas conjuga a ação dos grandes grupos econômicos entre si e no interior de cada um deles, não só ultrapassando, mas ignorando, em suas ações e decisões, as fronteiras nacionais (BRUNO, 2001, p. 10).

Podemos dizer que, de acordo com essa organização, revigora-se o modelo de produção toyotista, formatado no Japão. Nesse sentido, exige-se uma nova forma disciplinar, pois o trabalhador deve estar sempre à disposição da empresa, ser competente, flexível, que saiba trabalhar em grupo e resolver situações problema. Assim, “o operário deve pensar e fazer pelo e para o capital, o que aprofunda (ao invés de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital” (ANTUNES, 2001, p.21). A

produção é vinculada à demanda, atendendo a um público heterogêneo; o trabalho é realizado em equipe (multivariada de funções); aproveitamento máximo do tempo (*just in time*); horizontaliza o processo produtivo e o transfere a serviços “terceirizados”; envolvimento dos trabalhadores com a ordem do capital, podendo-se se dizer um trabalho alienado, sob forma do despotismo; redução dos funcionários.

Consequentemente se reduz o proletariado fabril e se forma um novo proletariado – subproletariado (ANTUNES, 2001) – aqueles que são chamados de “terceirizados”, que não possuem vínculo empregatício, o que permite aos empresários “livrar-se de conflitos trabalhistas, de despesas com estoques, de legislações ambientais mais rígidas, etc.” (BRUNO, 2001, p.9). Jovens e idosos também não são mais aceitos no mercado de trabalho, não tem mais espaços para essa população, o que acaba gerando o aumento do nível de exploração. Há como constatar que este novo modo de produção atinge profundamente a maioria da população, suscitando uma massa de trabalhadores sem qualificação, vivenciando o desemprego estrutural. De acordo com Evangelista e Shiroma (2004) “a reestruturação produtiva realizada em bases espúrias na maior parte do continente conduziu a precarização do emprego, aumento do desempregado e suas indelévels conseqüências” (p.03).

Verifica-se assim, que há “o enfraquecimento das instituições políticas e a emergência de novos mediadores entre o Estado e a sociedade, com graves ecos sobre a classe trabalhadora” (SILVA JR., 2002, p. 32).

Com essas novas exigências,

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, 2001, p.23).

O modelo de Estado Neoliberal, que também pode ser chamado de neoliberalismo de mercado, capitalismo flexível – porém o que realmente voga são os seus princípios e sua estrutura de poder – dá sustentação a essas exigências e desencadeia “reformas institucionais que são realizadas em profusão, a começar pelas reformas dos Estados, com expressões diretas nas esferas da cidadania e da educação” (SILVA JR., 2002, p.31). Defende princípios que provocam inúmeros problemas em diversos âmbitos das sociedades, aumento da exploração

e da miséria, em especial nos chamados países em desenvolvimento. Entende-se que,

[...] o Estado nacional é forte e pouco interventor no econômico e no social: forte porque produz políticas sobre as diversas atividades do Estado; pouco interventor, pois impulsiona segundo a ideologia liberal, um movimento de transferência de responsabilidades de sua alçada para a da sociedade civil, ainda que as fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por ele produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais (SILVA JR., 2002, p. 33).

Com efeito, esse é o momento em que os organismos internacionais entram em cena, como a ONU, a UNESCO, o Banco Mundial, o CEPAL, que direcionam o olhar para a educação, porém agora pensada nos termos da economia. Podemos dizer que o marco impulsionador dessas agências internacionais foi a Conferência de Jomtien, em 1990, que estipulou metas para a educação, principalmente para o grupo E9 – grupo dos 9 países com maior índice de analfabetismo – do qual o Brasil fazia parte. Essas agências formularam documentos oficiais para que, principalmente os países subdesenvolvidos, seguissem e assim atingissem as metas estipuladas.

Ao fazer um estudo desses documentos, é possível perceber como os princípios da reestruturação produtiva e do neoliberalismo estão postos claramente, o que nos faz repensar qual a verdadeira intenção por parte desses organismos. Evangelista e Shiroma (2004) fazem menção ao documento desenvolvido pela CEPAL/UNESCO (1992), do qual sintetizam que o modelo educacional ideal deveria ir de acordo com “áreas fundamentais para a aquisição de uma outra competência, a tecnológica [...] à produção do sucesso econômico, encontrava-se o perfil desse cidadão desejado: criativo, inovador, capaz de lidar com as inovações tecnológicas, flexível, solidário” (p.03).

Em traços gerais, podemos apontar para alguns dos princípios colocados para a educação contida no projeto político neoliberal: defendem que apenas a educação básica é direito de todos; fazem o “convite” para a sociedade civil se mobilizar em prol da educação, tirando a responsabilidade do Estado; introduzem o empreendedorismo; o individualismo; o clima de competição, ou seja, aproximam a escola às características de uma empresa. Estes são alguns exemplos de princípios defendidos por estes organismos multilaterais para a educação, e que muitas vezes não estão explícitos, tendo que se atentar às suas entrelinhas.

Observa-se assim que “a esfera educacional torna-se um ‘quase mercado’: a escola assemelha-se a um empório e o individualismo possessivo articulado à competitividade tornam-se os valores máximos de nossa educação subordinada ao mercado” (SILVA JR., 2002, p.36). A educação é subordinada à produtividade, à eficiência, disputa, competitividade, racionalidade, e voltada para o mercado, cumprindo o papel econômico. Dessa forma, “a política, a educação e as políticas educacionais mercantilizam-se, produzindo relações sociais que as materializam em práticas humanas – constituintes do sujeito – orientadas pela racionalidade do capital.” (SILVA JR., 2002, p.36).

Como se depreende, com essa nova lógica instaurada, há um estreitamento da esfera pública dando lugar à esfera privada, apoiado no discurso de crise e fracasso na escola pública, valorizando os métodos e o papel da iniciativa privada, de tal maneira que o Estado vem desobrigando-se da educação pública. As políticas educacionais vêm reforçar essa ordem estabelecida pelo modelo econômico, de modo a guiar qual o papel da educação, transferindo as responsabilidades para outros setores, entrando em cena não só a privatização, mas a modalidade de ensino não-formal, que posteriormente abordaremos neste estudo.

Em suma, podemos perceber que o Estado redefine seu papel, que continua forte, no âmbito econômico (privatizações, abertura comercial, modelos de estabilidade monetária), porém, mais ausente nos gastos sociais, transferindo as responsabilidades do campo dos direitos sociais para a sociedade civil. Isto significa que o Neoliberalismo irá tratar das relações sociais com o mínimo, oferecendo à população medidas paliativas, por meio do assistencialismo, como a luta para o “combate a pobreza”. No Brasil, vêem-se como exemplo as políticas focalizadas, que operam em pequenas esferas, camufladas com as bolsas assistenciais como bolsa-família, bolsa-escola, vale-leite, vale-gás, o PROUNI, etc. Entende-se, assim, que o Estado assume somente um papel de arrecadar impostos, que segundo Bruno (2007), é um Estado saqueador.

Por sua vez, a cidadania já não é tida como obrigação somente do Estado, reforça-se a idéia de que cada um é responsável por si próprio. Mas, como já explicitado anteriormente, esta teoria busca enfatizar que é uma lógica dada pelo capitalismo e pelo próprio mercado. Através da competitividade é que se alcançaria a qualidade e, assim, as oportunidades iguais a todos estaria automaticamente posta. À luz desse contexto, difunde-se a idéia de uma democracia justa, de que naturalmente haveria o benefício de todos sem distinção. Entretanto, vem se provando o contrário,

“a democracia é tida, apenas, como método, ou melhor, como meio para garantir a liberdade econômica. Trata-se, portanto, de democracia restrita e sem finalidades coletivas e sociais de construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária” (LIBÂNEO, 2003, p.101). Como afirma Silva Jr. (2002) “a cidadania que deriva daí é a cidadania produtiva” (p.35).

Dessa forma, percebemos que “estamos produzindo uma sociedade mercadorizada de forma totalizante” (SILVA JR., 2002, p.36), do qual decorre o rebaixamento dos direitos e das conquistas sociais, assim como a subordinação à ordem do capital, que incapacita a mobilização civil, a classe trabalhadora e o movimento sindical e operário. Sob essa ótica, compreende-se que “os direitos sociais são agora mercantilizados pelas organizações não-governamentais, pelos planos de saúde, pelos planos de previdência privada” (SILVA JR., 2002, p. 35). É o que discutiremos no tópico a seguir, retomando o papel dos movimentos sociais e a entrada do terceiro setor.

MOVIMENTOS SOCIAIS E TERCEIRO SETOR NO BRASIL NOS ANOS 90: IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO

Ao nos propormos analisar os movimentos sociais da década de 90, foi necessário primeiramente fazer um resgate histórico dos “novos” movimentos sociais, de tal modo que o foco incida sob as formas de participação social da sociedade brasileira no referido período.

Os anos 80 - com o fim da ditadura e abertura política com a Constituição Federal em 1988 - foram considerados a era da participação dos novos movimentos sociais, fenômeno este que tratava dos movimentos sociais populares urbanos, advindos da ala da igreja Católica articulada à Teologia da Libertação.

Começa-se a questionar o caráter novo dos movimentos populares, no campo das práticas não exclusivamente populares, começa a haver interesse, por parte dos pesquisadores, por outros tipos de movimentos. Assim, na década de 80, novos movimentos sociais surgem e vão sendo resignificados, adquirindo uma nova dimensão, com a participação de novos atores, “tais como o das mulheres, os ecológicos, dos negros, dos índios, etc.” (GOHN, 1997, p. 26).

Com efeito, esses novos movimentos sociais estão entrelaçados ao princípio da fragmentação dos movimentos, uma vez que há um distanciamento da luta de classes, própria dos movimentos sociais combativos, ou dos “velhos” movimentos. Logo, os movimentos começam a se enfraquecer, pois se vinculam a uma condição de interesses específicos e não mais de coletividade, o

que vem a deturpar a questão política e a militância, que até então, eram questões centrais dos movimentos sociais combativos. Contudo, isso faz com que os movimentos se percam e assim vão desaparecendo. (GOHN, 1997).

Com a emergência destes novos movimentos, outras questões foram surgindo em seu bojo:

O novo passou a ser referência a movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários a sobrevivência cotidiana [...] no campo dos direitos sociais tradicionais [...]. O novo dos movimentos ecológicos, das mulheres, etc., se referiam [...] aos direitos sociais modernos, que apelam para a igualdade e a liberdade nas relações e raça, gênero e sexo (GOHN, 1997, p. 27).

Isto é, questões complexas que surgiram ao final dos anos 80, relativas ao plano da moral, da ética, na política, etc., estiveram presentes embrionariamente naqueles movimentos. Em linhas gerais, as preocupações deixam de ser de ordem econômica e passam a ser de ordem cultural. Ou seja, as inquietações dos movimentos sociais deixam de estar ligadas única e exclusivamente à questão CAPITAL x TRABALHO, como assim era nos movimentos populares de resistência política, para se vincular à esfera da cultura, de valores e de pertencimento a uma determinada sociedade (identidade). Gohn (1997) sintetiza em poucas palavras o caminho percorrido pelos movimentos sociais no Brasil na década de 80: “no decorrer dos anos 80, os movimentos sociais no Brasil passaram, no plano da atuação concreta e no plano das análises que lhes são feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença” (1997, p. 28).

Em suma, o enfraquecimento dos movimentos sociais ocorreu em grande parte pela falta de compreensão da dimensão política do trabalho realizado dentro dos movimentos sociais. No lugar do movimento social combativo, de luta que se opunha ao Estado, deu-se lugar à fragmentação dos “novos” movimentos, que desconsideram a coletividade e visam interesses específicos.

Corroborar-se com este fato a definição dada por Frei Betto¹ com relação aos movimentos sociais:

Movimentos sociais são organizações da sociedade civil que pressionam a sociedade política (Estado e

¹Frei Betto é escritor e assessor de movimentos sociais. Em 2003 e 2004 foi assessor especial do presidente Lula para a mobilização social do programa Fome Zero.

instituições afins) visando à defesa e/ou conquista de direitos (humanos, civis, políticos, econômicos, ecológicos etc) (2006, p. 1).

Como se depreende, os movimentos sociais da década de 90 ganham outra roupagem, que segundo Gohn se faz em duas direções:

Em primeiro lugar, deslocando-se o eixo das reivindicações do plano econômico – em termos de infra-estrutura básica para o consumo coletivo – para o suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual, em termos de comida. Retoma-se a questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvidas no país. Em segundo lugar, o plano da moral ganha destaque como eixo articulatório das lutas sociais. Os movimentos dão lugar a lutas cívicas, verdadeiras cruzadas nacionais em que há articulações difusas em termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaços públicos e privados (1997, p. 34).

Em suma, ocorre um redirecionamento do sentido das lutas, já que a discussão se desloca da dimensão infra-estutural para a dimensão extra-estutural. Neste caso, visualizamos que, de acordo com o contexto da década de 90, são apresentados os “novíssimos” movimentos populares, como exposto nas palavras de Gohn (1997). Sob este prisma, novos militantes políticos surgem com o intuito de firmar políticas públicas que vão ao encontro das novas propostas destes movimentos. Desse modo, podemos considerar Frei Betto (2006) um representante político e participativo dos “novíssimos” movimentos.

Frei Betto expõe que a pobreza é o centro da luta dos movimentos sociais e que tem que ser combatida, assim, lança como projeto para os movimentos sociais:

Eis a tarefa mais urgente que desafia os movimentos sociais neste Terceiro Milênio: erradicar a fome e a pobreza, a ponto de torná-las crimes hediondos e graves violações dos direitos humanos, como já ocorre à escravidão e à tortura, embora praticadas em muitos países (2006, p.3).

Pode-se dizer que a “pobreza” refere-se à dimensão moral, enfoque característico dos novíssimos movimentos sociais. E sobre este aspecto Gohn afirma: “A pobreza persistente e o desemprego continuado por longos períodos são as novas questões da cidadania. Elas são o cerne da luta da categoria dos excluídos” (1997, p.40). Desse modo, resolver a questão da “pobreza” no mundo torna-se o centro das discussões entre os novos movimentos populares.

Segundo Frei Betto, “O mundo atual é marcado por profundas desigualdades que impedem a tão almejada paz” (2006, p. 3). Logo, pode-se perceber que, de acordo com as atuais proposições dos movimentos sociais, que não se busca mais direitos, bem como, não mais se reivindica, agora o

que esta em pauta, é a cultura pela paz, pela ética, pela moral, pela formação humana.

É enfatizada, então, a solidariedade, “cabe aos movimentos sociais [...] ampliar os vínculos capazes de estreitar a globalização da solidariedade” (BETTO, 2006, p. 3). Nessa perspectiva, retira-se o foco das questões econômicas e ressaltam-se as questões ligadas ao relacionamento humano, ao campo subjetivo, tendo como finalidade as questões humanitárias. Não se identifica que é a própria política econômica que gera a miséria, a pobreza, o desemprego estrutural, entre outros malefícios que permeiam a sociedade.

Estas proposições acabam por incentivar ações superficiais, que não são capazes de avaliar as causas e desvelar os mecanismos ideológicos da sociedade. Ao dinamizar políticas de assistencialismo, os movimentos sociais novíssimos não esperam que o Estado supra as necessidades da população por meio de estratégias ordenadas, que almejem a equiparação das classes sociais, mas sim, procuram auxílio para atenuar os efeitos devastadores da injusta distribuição de renda. Sob este aspecto Frei Betto enfatiza: “Não há que se esperar, entretanto, que o combate à fome e à pobreza dependa **apenas** do poder público. É papel dos movimentos sociais assumirem esta tarefa, sem deixar de pressionar o Estado” (2006, p.3. Grifo nosso). Destarte, há uma transferência de obrigações, pois o Estado passa a ser somente o fiscalizador, fazendo disso um dos motivos para o surgimento do terceiro setor. Logo, ao mobilizar a sociedade civil, terceirizam serviços que deveriam ser do Estado.

Comprovam-se com esta discussão as declarações de Gohn (1997) de que “a promoção do setor informal autoriza, em parte, a retirada, do próprio Estado da esfera social. [...]” (p. 35). Além disso, “o setor informal não tem imaginação criadora, não detém capacidade de reação própria, é totalmente determinado pelo setor formal e não tem interesse contraditório com ninguém” (OLIVEIRA apud GOHN, 1997, p. 35).

Por conseguinte, enfatiza-se que os grupos sociais não fazem nenhuma crítica à ideologia imposta, perdendo o próprio caráter de reivindicação. Com a crise dos movimentos sociais, o Estado deixa de subsidiar suas ações, o que, por sua vez, gera o silenciamento dos movimentos, que perdem seu ato político. Com isso, o Estado não é mais responsabilizado por essas questões, havendo o desvio para o terceiro setor, fruto da mobilização da sociedade civil em parceria com o governo.

Com efeito, a luta e a crítica ao Estado se perdem com essa parceria, uma vez que o terceiro setor capta recursos estatais iniciando uma relação de mercado. Evidencia-se, dessa forma, que o setor terciário surge no bojo das políticas neoliberais e,

neste novo contexto, pode-se observar a redefinição do papel do Estado, entre o público e o privado.

Nesse sentido, as ONGs (Organizações Não-Governamentais) - como expressão do setor terciário - ganham evidência na década de 90, sendo instituições entendidas como “independentes” do governo, de caráter público-comunitário-não-estatal, que possuem como denominador comum a razão social de fins não lucrativos. Na atualidade, seu campo de atuação tem sido o do assistencialismo, o do desenvolvimentismo e por fim o campo da cidadania (GOHN, 1997). Nessa perspectiva, a autora conceitua o termo ONG no Brasil como: “[...] tipo peculiar de organização da sociedade. Trata-se de um agrupamento de pessoas, organizado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de lutar e/ou apoiar causas coletivas” (p. 60).

Contudo, verifica-se a existência de posições diferenciadas sobre as ONGs, como salienta Viriato:

[...] para uns significa uma nova forma de agir politicamente; para outros, um espaço propício para ações do neoliberalismo. A nosso ver, se, de um lado, o embate político permanece não resolvido, por outro, medidas concretas têm contribuído para a construção do espaço público não estatal, do ‘terceiro setor’ (2004, p.08).

Neste caso, cabe indagar: qual é a real função que o terceiro setor tem assumido no atual contexto? Gohn (1997) coloca em síntese a diferenciação dos movimentos sociais que são de militância e de politização da sociedade civil, enquanto o terceiro setor não trata de ações reivindicativas como a dos movimentos sociais combativos, sua base é a parceria com a máquina governamental.

Com a abertura ao terceiro setor, o Estado delibera funções de cunho social - na qual a educação se encontra. Logo, o Estado não é exclusivo nas efetivações das políticas públicas sociais, já que lhe é interessante dividir essas funções entre os seus parceiros - sociedade civil. Corroboram-se com esta afirmação os estudos realizados por Viriato com relação ao terceiro setor:

[...] por trás da transferência de responsabilidade está o esvaziamento dos direitos dos cidadãos; a criação da cultura da responsabilização do indivíduo por sua situação ou condição social, e uma nova forma de enfrentar os problemas: a solidariedade e o voluntariado, ou seja, o processo de redefinição do espaço público estatal e sua ‘publicização’ ganham sustentação com o denominado terceiro setor (VIRIATO, 2004, p. 06).

De acordo com a mesma autora,

Terceiro setor consiste em uma forma jurídica de substituir as políticas públicas, atendendo, assim, a consolidação do público não estatal, a efetivação da denominada ‘publicização’, ou seja, sutilmente, transfere-se da lógica do público estatal para o público não estatal (VIRIATO, 2004, p. 09).

É nessa perspectiva, que se delimitam as ações do Estado, havendo a descentralização do poder. Logo, o compartilhamento de responsabilidades é tido como ações estratégicas viabilizadas pelo Estado que delibera funções, sobretudo de cunho social, à sociedade civil. Todavia, o Estado continua sendo interventor e fiscalizador especialmente na economia, continua fomentando políticas sociais, agora com a “participação” do terceiro setor. A relação que se visualiza na atual sociedade é de co-participação entre a sociedade civil e o Estado. Assim, como conclui Viriato (2004, p. 09), “É nesse marco legal e histórico que as políticas sociais públicas estão sendo ‘filantropizadas’”. Consta-se que o lema presente no discurso estatal é de implantar políticas de “bom sentimento”, uma vez que o Estado se utiliza da solidariedade dos cidadãos para desenvolver o terceiro setor.

Constatamos que, diante desse processo de precarização dos direitos sociais, se insere a educação não-formal, de modo a suprir necessidades que não são mais garantidas pelo Estado. Von Simson (2001) afirma que a educação não-formal no Brasil está “voltada para as camadas mais pobres da população, sendo algumas promovidas pelo setor público e outras idealizadas por diferentes segmentos da sociedade civil, desde ONGs a grupos religiosos e instituições que mantém parcerias com empresas” (p. 12). É possível identificar que essa modalidade de ensino é fruto do atual contexto, da retirada do Estado frente aos direitos sociais, que deixa a cargo da sociedade civil. Dessa forma, essa modalidade de ensino se desenvolve junto ao terceiro setor, no contexto de fragilidade dos direitos sociais. Von Simson (2001) aponta que “os espaços de educação não-formal deverão ser desenvolvidos seguindo alguns princípios como: apresentar caráter voluntário, proporcionar elemento para a socialização e a solidariedade, visar ao desenvolvimento social [...]” (p. 11).

Isto é, fica evidente como essa modalidade de ensino está arraigada com a forma de organização societária, de acordo com os princípios da política Neoliberal. Percebemos que a tendência da educação não-formal, junto ao terceiro setor, é “convidar” a sociedade a participar das responsabilidades sociais. Dessa forma, encontramos a campanha dos “amigos da escola”,

campanha do “adote um aluno”, seja solidário, venha, participe, faça a sua parte!

Quais as condições que a sociedade civil tem para se responsabilizar por essas ações que deveriam ser do Estado? Podemos encontrar, nessas novas propostas, contradições que estão explícitas se olharmos diretamente para a realidade brasileira, pois a pobreza, a miséria, ou seja, as desigualdades sociais se mantêm e até mesmo aumentam, deixando posto que cada um tem o lugar que merece e, se não consegue melhorar sua situação social, que se contente com o mínimo. Fica claro, então, que as possibilidades de uma transformação social, de uma justiça social, são realmente “mínimas” ou quase impossíveis, havendo lugar apenas para a competitividade dentro deste cenário do capitalismo selvagem, podemos dizer desumano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação revelou que a globalização, a reestruturação produtiva e a tendência neoliberal são fortes protagonistas do cenário mundial, e nas últimas décadas tem deixado marcas em todos os segmentos da sociedade.

Como se depreende, com o enxugamento das funções do Estado, há o desvio para o terceiro setor, com ênfase nas ONGs, que não realizam uma análise da raiz dos problemas sociais, sobre a verdadeira natureza da sociedade capitalista, mantendo a ideologia imposta.

Diante dessas funções assumidas pelo Estado pós-década de 90, consideramos que as políticas sociais são fortemente afetadas, incidindo nas ações voltadas para a educação. Por conseguinte, constatamos ainda que a educação não-formal se introduz como uma modalidade de ensino destinada a suprir carências que brotaram dessa ausência do Estado.

Nossas discussões não têm como finalidade esgotar o assunto, no entanto, acreditamos que, ao trazer à tona essas questões, podemos resgatar direitos sociais que foram conquistados ao longo da história e que estão sendo perdidos em meio à atual conjuntura.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro; Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: Vítor Henrique Paro e Luiz Fernandes Dourado. (Org.). **Políticas Públicas & Educação básica: limites e perspectivas no limiar do século XXI**. 1º ed. São Paulo: Xamã, 2001, p.13-21.

BETTO, Frei. **Os movimentos sociais na luta contra a pobreza**. 2006. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=25935>. Acesso em: 12 mai 2008.

EVANGELISTA, Olinda. SHIROMA, Eneida Oto. O combate à pobreza nas políticas educativas do século XXI. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - A questão social no novo milênio**. Livro de resumos, Universidade de Coimbra, 2004.

GOHN, Maria da glória M. Movimentos, Ongs, e lutas sociais no Brasil nos anos 90. In: **Os sem terra, Ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo : Cortez, 1997.

GOHN, Maria da glória M. Ongs: a modernidade da participação social na América Latina. In: **Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo : Cortez, 1997.

HIDALGO, Ângela Maria (Org.). **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João F. & TOSCHI, Mirza S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Premissas da concepção Materialista da História**. Obras Escolhidas. Moscovo: Progresso, 1982, p. 08-37.

PARO, Vítor Henrique(Org.). Políticas Públicas Educacionais: Considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In. PARO, Vítor Henrique. DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas Públicas & Educação básica: limites e perspectivas no limiar do século XXI**. 1º ed. São Paulo, Xamã,2001.

SILVA Jr., João do Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

VIRIATO, Edaguimar Orquiza. **Estado, Política educacional e o Terceiro setor**. I Congresso Internacional de Educação e Desenvolvimento Humano, Maringá, 2004.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraesn (org) et al. **Educação não-formal**. Campinas. S. P. Unicamp/ Centro de Memória, 2001.

i Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina cursa atualmente especialização em Ensino de Sociologia pela mesma instituição.

ii Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina é mestranda em Educação pela UNESP – Campus de Marília.